

A Ágora, o Coliseu e a necessidade da democracia baseada nas leis

Vivemos em tempos democráticos. A oposição de ideias deve ser permeada pelo diálogo racional e nunca pela agressão gratuita e ineficiente pelas redes sociais

Martim Cabeleira de Moraes Júnior
17 de fevereiro de 2021

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Ato contra o racismo na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro

Na Grécia antiga, os homens livres tinham o direito de defender suas ideias perante a população. As noções que serviam de “base ideológica” para que isso fosse possível eram a democracia, a liberdade e uma sociedade baseada em leis que preservassem os valores democráticos. Isso implicava na responsabilidade por tudo que falassem, bem como pela maneira de agir perante os demais.

O local mais específico onde aconteciam as defesas de acusações e as possibilidades de defesa chamava-se “Ágora”. Uma espécie de praça pública, onde ocorriam até julgamentos de pessoas que não se comportassem conforme as leis da pólis grega.

A Ágora contemporânea é o espaço virtual de discussão nas redes sociais. Em que pese não ser um espaço de decisões legais e que, por vezes, pareça mais um palco de batalha: o novo Coliseu romano, onde os gladiadores modernos são colocados para

diversão do público. O espaço virtual precisa de regras morais e pragmáticas.

Em 9 de fevereiro de 2021, o tenente-coronel Evanilson de Souza, da Polícia Militar de São Paulo, enfrentou a *Ágora* virtual. Ele, componente do efetivo das polícias militares do Brasil, defendia a regulamentação do combate a uma das muitas formas de racismo em ações de Estado. Equivale a dizer que falava da necessidade de o Estado reconhecer o racismo e fazer com que as instituições estatais melhorem para enfrentar o problema.

Evanilson fez isso por meio da plataforma digital da Universidade de São Paulo, considerada uma das melhores do Brasil. E, naquele espaço de discussão, diálogo e exercício de liberdade, foi vítima de agressões e ofensas racistas.

Ele falava sobre a reformulação do Manual de Direitos Humanos da Polícia Militar, bem como da necessidade modificar algumas ações de Estado para que se possa combater o racismo.

Espera-se que esse episódio não seja esquecido ou diluído no caldo virtual em que se “vive” atualmente.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, assim como várias outras entidades, manifestou apoio ao oficial. Repudiar ações que tentem fazer prevalecer o confronto perante o diálogo é exercer a liberdade em nome da democracia.

A Constituição Brasileira, no art. 3º, determina:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ao trazer a necessidade de promover o bem de todos sem preconceito racial como objetivo, significa que devemos atingir tal desiderato, pois ainda não o conquistamos por completo. E quem não respeita a maior lei do país, ofendendo quem legitimamente tenta melhorias, não age racionalmente. Qualquer pessoa que se permita ofender e agredir os valores constitucionais, construídos democraticamente, merece ser punido na forma da lei.

As polícias militares são instituições estatais, estabelecidas pela Constituição Federal. São extremamente importantes para a consolidação e manutenção de um Estado Democrático de Direito.

[Paul Graham](#) é um cientista de computação que estudou os principais argumentos usados em discussões virtuais na internet. Baseado em seus estudos, construiu uma pirâmide onde ilustrou os argumentos mais utilizados e os problemas que eles podem causar.

A hierarquia de discordância de Graham coloca os argumentos como os utilizados contra o oficial da PM paulista como os mais baixos e destrutivos que se pode utilizar em uma discussão virtual.

O episódio ilustra, além de outras coisas, a necessidade de maior regulamentação de uma espécie de ética virtual. As agressões, além de fazerem oposição aos argumentos do policial, são contra o Estado.

O que aconteceu é grave. A defesa de direitos humanos é a base mais importante para a estabilidade da democracia. Defensores de direitos humanos não podem ser agredidos impunemente.

Vivemos em tempos de democracia. A oposição de ideias deve ser permeada pelo diálogo racional e nunca pela agressão gratuita e ineficiente. O uso das redes sociais para agressões é recurso de inimigos da democracia, da racionalidade e de todos os ideais de um estado-nação.

Martim Cabeleira de Moraes Júnior

Tenente-coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/yxo42n3kum>



